

## **As elites regionais e locais no processo de construção do Estado e da nação brasileiros: um breve balanço historiográfico**

Pablo de Oliveira Andrade

Universidade Federal de Ouro Preto

NOS ÚLTIMOS ANOS OS ESTUDOS HISTÓRICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO BRASILEIROS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX TÊM-SE DESENVOLVIDO BASTANTE, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À AMPLIAÇÃO DOS ATORES ENVOLVIDOS NESTA CONSTRUÇÃO. SE ANTES PRATICAMENTE TODA A ANÁLISE ESTAVA CENTRADA NA ATUAÇÃO DA ELITE POLÍTICA RESIDENTE NA CORTE DO RIO DE JANEIRO, NOS ÚLTIMOS ANOS TEM HAVIDO UMA VALORIZAÇÃO E UMA RESSIGNIFICAÇÃO DO PAPEL DESEMPENHADO PELAS ELITES REGIONAIS E LOCAIS NESTE PROCESSO DE CONSTRUÇÃO. E O QUE PRETENDEMOS NESTE TRABALHO É JUSTAMENTE FAZER UM BREVE BALANÇO HISTORIOGRÁFICO DESSAS MUDANÇAS OCORRIDAS NA ANÁLISE HISTÓRICA DA ATUAÇÃO DAS ELITES REGIONAIS E LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO BRASILEIROS. PALAVRAS-CHAVE: CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DA NAÇÃO, ELITE POLÍTICA, IMPÉRIO DO BRASIL, HISTORIOGRAFIA

Há bastante tempo a historiografia brasileira tem parte considerável de sua produção dedicada ao processo de emancipação política do Brasil, especialmente à temática da construção do Estado e da nação. Sendo que desde o final dos anos 1980 os estudos sobre esta temática vêm tendo um crescimento acentuado. E como consequência deste aumento houve uma renovação dos objetos, das hipóteses, das fontes, das metodologias e das problemáticas até então desenvolvidas ampliando o leque de tópicos a pesquisar e o conhecimento sobre este tema. Contudo, muito do que está sendo desenvolvido atualmente deve parte de seu progresso ao que já havia sido produzido, principalmente por Sérgio Buarque de Holanda (1976), Maria Odila Leite da Silva Dias (1972) e José Murilo de Carvalho (1998 e 2007).

Sem dúvida o texto “A herança colonial – sua desagregação” escrito por Sérgio Buarque de Holanda é um marco nos estudos sobre a Independência e a unidade da nação brasileira. Já no primeiro parágrafo o autor faz uma afirmação que repercutirá em toda a historiografia sobre este tema produzida após este texto: “No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (HOLANDA, 1976, p. 9). Esta afirmativa resulta do fato de que o modelo de colonização implantado pela Coroa portuguesa no Brasil evitava uma centralização forte na

colônia, enquanto favorecia uma forte centralização em Lisboa. Evitava-se que se constituísse deste lado do Atlântico um corpo político unido, centralizado e forte o bastante para requerer foros de poder e independência. Neste sentido, como afirma José Murilo (1998, p. 158), a colônia era um ajuntado de capitanias desunidas, mas não isoladas totalmente entre si, que respondiam, no mais das vezes, diretamente a Lisboa e em que o poder do vice-rei era pouco mais que nominal.

Dessa forma o Estado do Brasil era apenas um nome genérico do conjunto formado pelas “partes da América” que compunham a Monarquia Portuguesa. A construção de uma verdadeira união dessas “partes da América” em um só corpo político iniciou-se somente com a vinda da Corte portuguesa para a América em 1808. A partir desse momento ganhou força o projeto de criação de um Império do Brasil, já acalentado por parte da elite reformista ilustrada portuguesa desde meados do século XVIII. Este projeto visava manter a monarquia unida em torno da sua parte mais importante que era o Brasil, entretanto a Revolução do Porto em 1820 impediu a construção dessa união monárquica portuguesa. Contudo, o processo de união das capitanias/províncias do Brasil em torno do Rio de Janeiro continuou após esta revolução e a subsequente Independência do Brasil.

Na visão dos três autores acima citados todo este processo foi levado a cabo por portugueses d’além e d’aquém-mar. Holanda (1976, p. 13) afirma que a Independência foi apenas um episódio da guerra civil entre portugueses iniciada com a Revolução do Porto. José Murilo (2007) afirma que a consolidação do Estado Nacional brasileiro somente foi possível pela formação de uma elite política imperial no Brasil originária da burocracia e da elite ilustrada portuguesas formadas em Coimbra. E Maria Odila (1972, p. 165-166), aprofundando as hipóteses de Holanda, afirma que a Independência e a construção da unidade e do Estado Nacional brasileiros resultaram do enraizamento de interesses portugueses no Brasil após a vinda da Corte e do processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia que fez do Rio de Janeiro, sede da Corte, uma nova metrópole para colonizar as outras colônias (capitanias) do continente e promover a união delas ao seu redor. Portanto, para os três autores há uma linha de continuidade institucional entre a América Portuguesa, especialmente com a configuração que esta adquiriu a partir do final do século XVIII, e o Império do Brasil.

A interpretação empreendida por estes autores sobre o processo de emancipação política do Brasil e de constituição do Estado e da unidade nacionais permite-nos entender todo este processo como sendo uma construção iniciada em 1808 e não algo herdado pronto da colonização. Entretanto, acaba por valorizar demais as continuidades entre o Estado

português implantado na América Portuguesa após 1808 e o Estado brasileiro independente, deixando de lado as rupturas e as ressignificações ocorridas neste processo. E centra demais a condução deste processo nas ações da elite residente no Rio de Janeiro, que depois constituiu-se na elite imperial brasileira. Na tentativa de corrigir estas falhas surge no Brasil uma série de estudos sobre este período a partir da década de 1980. A partir deste momento merecem destaque os trabalhos de Ilmar Rohloff de Mattos, notadamente sua tese *O tempo saquarema* (2004), publicada pela primeira vez em 1987, e o seu artigo publicado na edição número 01 do *Almanack Braziliense* intitulado “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política” (2005).

No artigo Ilmar de Mattos afirma que o processo de emancipação encetou a construção de um corpo político e de uma identidade política novos, mas a partir de experiências e tradições herdadas da colonização portuguesa. Ou seja, o autor, assim como os outros três autores já analisados, defende a idéia de que a unidade e o Estado nacionais brasileiros foram construídos desde o final do século XVIII, principalmente com as transformações ocorridas depois de 1808, porém ele também defende que houve uma ressignificação dessa construção a partir da Independência e que as experiências adquiridas ao longo da colonização moldaram todo este processo (MATTOS, 2005, p. 20).

Os construtores do novo império eram “construtores porque herdeiros”, herdeiros de um nome, *Império do Brasil*, um território e um povo. Entretanto, ao território contíguo não correspondia uma unidade e centralização políticas que tornaram-se o objetivo principal a ser alcançado após a Independência. Objetivo concretizado graças à ação da Corte instalada na nova cabeça do Império, o Rio de Janeiro, através de medidas de cunho imperial, unitarista e centralizado (MATTOS, 2005, p. 11, 13, 20-23). Portanto, a construção da unidade e do Estado nacionais foi para Ilmar um longo processo que perdurou por toda a primeira metade do século XIX e que amalgamou as heranças coloniais com as novas questões e experiências impostas por essa construção.

Porém, o autor também acaba por valorizar sobremaneira somente a atuação da elite imperial nesta construção. Mais uma vez as elites espalhadas por essas partes e/ou províncias da América têm uma participação quase nula em todo o processo de emancipação e construção do Estado Nacional, aparecendo somente nos momentos revolucionários e desafiadores da ordem imposta pelo Rio de Janeiro. No entanto, novos estudos apontam para uma fundamental participação dessas outras elites da América Portuguesa em todo este processo.

Importante nesta ampliação dos estudos sobre os construtores do Estado e da unidade imperiais foi a utilização que István Jancsó e João Paulo G. Pimenta (2000) fizeram do conceito de *identidades políticas coletivas* desenvolvido por José Carlos Chiaramonte (1989). Como identidades políticas coletivas entendem-se as identidades construídas por formações societárias e conformadas pelas experiências acumuladas pelos membros destas formações em um determinado território ao longo de um determinado período de tempo. Este conceito aplicado ao contexto brasileiro tornou compreensível que as elites regionais de cada parte da América Portuguesa eram representantes de identidades políticas próprias que conformavam práticas de exercício e organização do poder político e experiências próprias. Como afirmam Jancsó e Pimenta (2000, p. 132):

Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional.

Portanto, segundo estes autores, se é verdade que o projeto encabeçado pela elite residente na Corte do Rio para a constituição do corpo político denominado Império do Brasil tenha sido o que foi levado a cabo, não é menos verdade que junto com ele vários outros projetos coexistiram e que muitas negociações foram necessárias para que ele fosse o vencedor. A construção da nação brasileira não foi um processo único comandado pela elite carioca e que pouco levou em consideração as outras elites existentes no vasto e desunido território do novo Império do Brasil. Destarte, a partir da apropriação do conceito de identidades políticas coletivas Jancsó e Pimenta puderam analisar melhor a difícil adesão destas elites regionais à unidade nacional e a mutação que estas elites e suas identidades políticas coletivas sofreram para melhor participarem da constituição do Estado e da nação brasileiros.

E a partir desta renovação empreendida por István Jancsó e João Paulo Pimenta uma série de estudos começou a valorizar a participação das elites regionais/provinciais na construção do Estado e da nação brasileiros, especialmente os trabalhos promovidos por Miriam Dolhnikoff (2005a e 2005b) e por Maria de Fátima Silva Gouvêa (2008). Entretanto, esta renovação da pesquisa histórica bem como a aplicação deste conceito de identidades políticas coletivas têm-se voltado mais, como bem demonstram os trabalhos acima citados, para a constituição e participação das elites provinciais brasileiras neste processo. Muito pouco destas mudanças tem contemplado as elites locais/municipais que tiveram amplos poderes políticos e ampla autonomia no período colonial e profunda participação nos

movimentos de independência e fundação do Império do Brasil (PRADO JR., 1972, p. 319). Somente alguns estudos contemplam as elites locais e suas participações na Independência e no Primeiro Reinado. Por exemplo, para o caso da Província de Minas Gerais, uma das mais importantes do período, temos por enquanto apenas os importantes estudos realizados por Ana Rosa Cloquet da Silva (2005a e 2005b). E para continuarmos em Minas, quando atravessam este período de 1822-1831 e adentram a Regência os estudos dedicados às elites locais acabam por focalizar somente as revoltas, especialmente a Sedição de 1833 como o fazem Andréa Lisly Gonçalves (2008) e Francisco Eduardo de Andrade (1998).

Assim sendo, o conceito de identidades políticas coletivas parece ser uma boa chave para a renovação e ampliação das pesquisas sobre a construção do Estado e da nação brasileiros. Contudo, é preciso ampliar ainda mais estas pesquisas, especialmente buscando uma visão mais geral da participação das outrora poderosas elites municipais em todo o processo de construção do Estado e da unidade nacionais, e que vise à participação não somente pela via revolucionária mas também pela via institucional legalizada. Ainda é preciso, a meu ver, compreender as negociações levadas a cabo por estas elites em troca de suas adesões às medidas tomadas pela elite imperial, assim como as mutações que estas elites sofreram em todo este processo em suas identidades políticas coletivas.

## **Referências bibliográficas**

ANDRADE, Francisco Eduardo de. “Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do ‘Ano da Fumaça’ (1833)”. In: Departamento de História da UFOP (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 127-135.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombra: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. “Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento”. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 155-188.

CHIARAMONTE, José Carlos. “Formas de identidad política en el Río de la Plata luego de 1810”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Buenos Aires, 3ª série, n. 1, 1989.

DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972, p. 160-184.

DOLHNIKOFF, Miriam. “Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista”. *Almanack Braziliense*, n. 01, maio/2005, p. 80-92. Revista eletrônica disponível pelo site [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br).

\_\_\_\_\_. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831 – 1835*. São Paulo: Hucitec, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850”. *Almanack Braziliense*, n. 07, maio/2008, p. 119-137. Revista eletrônica disponível pelo site [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: \_\_\_\_\_ (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976, t. II, v. 1, p. 9-39.

\_\_\_\_\_; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 127-175.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, n. 01, maio/2005, p. 8-26. Revista eletrônica disponível pelo site [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br).

\_\_\_\_\_. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. “De comunidades a nação. Regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais”. *Almanack Braziliense*, n. 02, nov./2005, p. 43-63. Revista eletrônica disponível pelo site [www.almanack.usp.br](http://www.almanack.usp.br).

\_\_\_\_\_. “Identidades políticas e a emergência do novo Estado Nacional: o caso mineiro”. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2005, p. 515-555.